

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.459 - SC (2019/0345777-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : INFODIGITAL INFORMATICA EIRELI  
**ADVOGADOS** : JOÃO RODOLFO BARBOSA - SC028852  
LEONARDO BRUNING FACCIO E OUTRO(S) - SC049101  
**RECORRIDO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : JULIANO RICARDO SCHMITT E OUTRO(S) - SC020875

**EMENTA**

BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

INFODIGITAL INFORMÁTICA EIRELI (INFODIGITAL) ajuizou ação revisional contra BANCO ITAÚ S.A. (BANCO), alegando abusividades em diversos contratos bancários.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, limitando os juros remuneratórios à taxa média de mercado, aplicando o INPC como índice de correção monetária e afastando a comissão de permanência (e-STJ, fls. 389/399).

Interposta apelação por BANCO, o Tribunal catarinense deu-lhe parcial provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 443):

*APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL. CONTRATOS ATRELADOS À CONTA CORRENTE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO BANCO. ALEGADA PRESCRIÇÃO DO PLEITO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INOCORRÊNCIA. DEMANDA DE CUNHO PESSOAL. PRAZO PRESCRICIONAL DE 10 ANOS. EXEGESE DO ARTIGO 205 DO CÓDIGO CIVIL. JUROS REMUNERATÓRIOS. MANUTENÇÃO DA TAXA PACTUADA. PERCENTUAL INFERIOR À MÉDIA DE MERCADO NA CÉDULA DE CRÉDITO ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (LIS LIMITE ITAÚ PARA SAQUE PJ - PRÉ). AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA ONEROSIDADE EXCESSIVA NOS DEMAIS CONTRATOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. ENCARGO INCIDENTE NO PERÍODO DA INADIMPLÊNCIA, VEDADA A CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS, MORATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA. EXEGESE DA SÚMULA 472 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FIXAÇÃO DO INPC,*

*PELO JUIZ, COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA.  
INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL.  
REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES.  
POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. ÔNUS  
SUCUMBENCIAL REDISTRIBUÍDO. APELO PARCIALMENTE  
PROVIDO.*

Os embargos de declaração opostos por BANCO foram rejeitados (e-STJ, fls. 465/469).

Os embargos aclaratórios opostos por INFODIGITAL foram rejeitados (e-STJ, fls. 484/489).

Inconformada, INFODIGITAL interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 6º, V, 51, II e § 1º, III, do CDC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que são nulas as cláusulas contratuais que estipulam as taxas de juros nos contratos entre as partes, visto que se apresentam abusivas.

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 516/528).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal catarinense admitiu o apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta parcial acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

#### Dos juros remuneratórios

No julgamento do Recurso Especial nº 1.061.530/RS (Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), esta Corte Superior consolidou as seguintes orientações sobre juros remuneratórios em contratos bancários:

#### *(...) ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS*

*a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;*

- b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;*
- c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;*
- d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. (...)*

Portanto, não há óbice à revisão contratual, com fundamento no CDC (Súmula nº 297/STJ), nas hipóteses em que, após dilação probatória, ficar cabalmente demonstrada a abusividade da cláusula de juros, sendo insuficiente o fato de o índice estipulado ultrapassar 12% ao ano (Súmula nº 382 do STJ) ou de haver estabilidade inflacionária no período.

A taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central para operações similares na mesma época da operação revista, pode ser utilizada como referência no exame do desequilíbrio contratual, mas não constitui valor absoluto, a ser adotado em todos os casos.

Com efeito, a variação dos juros praticados pelas instituições financeiras decorre de diversos aspectos e especificidades das múltiplas relações contratuais existentes (tipo de operação, prazo, reputação do tomador, garantias, políticas de captação e empréstimo, aplicações da própria entidade financeira, entre outros).

Em seu voto, a eminente Ministra Relatora destacou que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vinha considerando abusivas taxas superiores a uma vez e meia, ao dobro ou ao triplo da média. Destaca a Ministra Relatora (fl. 24 do inteiro teor do acórdão citado anteriormente):

*(...) A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJ de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média (sem destaques no original).*

*In casu*, o acórdão recorrido analisou, caso a caso, os contratos revisados e as respectivas taxas, comparando-as à taxa média de mercado para o período, do que se

infeere que os percentuais contratados aproximavam-se do dobro da taxa referencial. Entretanto, após avaliar os contratos em questão, o acórdão recorrido consignou que as taxas não se mostravam abusivas.

Veja-se:

*1) Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Conta Corrente de Depósito (Caixa Reserva - Pré - Recebíveis de Cartão), firmada em junho de 2011, estabeleceu taxas de juros de 3,05% ao mês e 43,40% ao ano (fls. 49-56), enquanto o índice médio encontrado para a negociação na data do pacto foi de 2,83% ao mês e 39,80% ao ano, consoante as taxas apresentadas para operações de crédito com recursos livres - pessoas jurídicas - conta garantida.*

*2) Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro (Giropré - DS - Parcelas Iguais/Flex) n. 28902634-6, celebrada em julho de 2011, previu taxas de juros de 3,44% ao mês e 50,05% ao ano (fls. 57-63), enquanto o índice médio encontrado para a negociação na data do ajuste foi de 1,82% ao mês e 24,15% ao ano, de acordo com a taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - pessoas físicas - capital de giro com prazo de até 365 dias.*

*3) Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro (Giropré - DS - Parcelas Iguais/Flex) n. 43103697-9, pactuada em outubro de 2011, estabeleceu taxas de juros de 3,169% ao mês e 45,4086% ao ano (fls. 64-70), enquanto o índice médio encontrado para a negociação na data do pacto foi de 1,71% ao mês e 22,54% ao ano, de acordo com a taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - pessoas físicas - capital de giro com prazo de até 365 dias.*

*4) Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saque PJ - Pré) n. 15008164, firmada em maio de 2012, estabeleceu taxa de juros de 8,30% ao mês e 160,34% ao ano (fls. 188-193), enquanto o índice médio encontrado para a negociação na data do pacto foi de 8,40% ao mês e 163,19% ao ano, consoante as taxas apresentadas para operações de crédito com recursos livres - pessoas jurídicas - cheque especial.*

*5) Cédula de Crédito Bancário - Confissão de Dívida - Parcelamento PJ - Garantido por Devedor Solidário n. 786776112, pactuada em novembro de 2012, estabeleceu taxas de juros de 2,11% ao mês e 28,4752% ao ano (fls. 71-78), enquanto o índice médio encontrado para a negociação na data do pacto foi de 1,21% ao mês e 15,59% ao ano, de acordo com a taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - pessoas físicas - capital de giro com prazo superior a 365 dias.*

*6) Cédula de Crédito Bancário - Confissão de Dívida - Parcelamento PJ - Garantido por Devedor Solidário n. 5395/433-1, firmada em março de 2016, fixou taxas de juros de 4,24% ao mês e 64,5935% ao ano (fls. 94-100), enquanto o índice médio encontrado para a negociação na data do pacto foi de 1,95% ao mês e 26,05% ao ano, de acordo com a taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - pessoas físicas - capital de giro com prazo superior a 365 dias.*

*Extrai-se que a taxa contratada na Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saque PJ - Pré) n. 15008164 é inferior à média de mercado, o que não configura abusividade no encargo, devendo ser mantida tal como pactuada.*

*Nos demais pactos, as taxas fixadas não se mostraram abusivas a ponto de autorizar a revisão, uma vez que a desvantagem do consumidor não figurou exagerada diante das peculiaridades das circunstâncias concretas dos contratos (e-STJ, fls. 451/452 – sem destaques no original).*

Na hipótese dos autos, verifica-se que as taxas de juros remuneratórios em cinco dos seis contratos revisados aproximavam-se do dobro da taxa média de mercado, o que, à luz do precedente firmado em recurso repetitivo, caracteriza abusividade passível de revisão pelo Judiciário.

Dessarte, merece parcial reforma o acórdão recorrido para limitar a taxa de juros remuneratórios à taxa média de mercado, excetuada a Cédula de Crédito Bancário – Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saque PJ – Pré) n° 15008164, na qual o colegiado aferiu taxas de juros inferiores à média de mercado.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para limitar a taxa de juros remuneratórios à taxa média de mercado nos contratos revisados, excetuada a Cédula de Crédito Bancário – Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saque PJ – Pré) n° 15008164.

Em face do provimento do recurso, redistribuo o ônus sucumbencial, determinando que as custas processuais e honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) fixado pelo TJ/SC, sejam suportados na proporção de 35% por INFODIGITAL e 65% pelo BANCO.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
Relator